



Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação

Registo E_COM6XV/2022/68
Data 14/10/2022

Exmo. Senhor
Deputado Afonso Gonçalves da Silva Oliveira
Presidente da Comissão Parlamentar de
Economia, Obras Públicas, Planeamento e
Habitação
Palácio de São Bento

Assunto: Pedido de audição do Ministro da Economia e do Mar e da Presidente da Comissão Executiva do BPF, relativamente aos critérios de atribuição dos fundos do Programa Consolidar

Senhor Presidente,

O Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal tomou conhecimento de que o Banco Português de Fomento (BPF) escolheu 14 fundos de capital de risco para receberem 500 milhões de euros do PRR. Sendo este procedimento previsto, há questões quanto à transparência do processo e quanto aos critérios usados para esta atribuição de fundos.

A opacidade neste processo de atribuição de fundos existe desde a primeira hora, quando, após publicar uma primeira lista com 13 vencedores, esse comunicado foi apagado do site do BPF, previamente a uma audição do Ministro da Economia e do Mar nesta mesma comissão. Mais tarde, essa lista reapareceu não com 13 vencedores, mas com 14 vencedores, ficando por esclarecer o porquê da ausência do 14.º contemplado da lista inicial.

Hoje, via Jornal Económico, ficámos a saber que para além das 14 empresas vencedoras, houve 19 que ficaram de fora. Sendo estes, fundos provenientes dos contribuintes europeus, manda o bom nome da ética e da transparência política que se



justifique os critérios que presidiram à atribuição dos mesmos, por forma a garantir que o processo é claro para todos os *stakeholders*, sejam eles as empresas vencedoras, as empresas vencidas, ou os contribuintes europeus. Contudo, isso não é possível. Aliás, uma das sociedades derrotadas fez questão de questionar os motivos que levaram à sua exclusão, mas o banco invocou o sigilo bancário para não dar acesso ao processo, o que não deixa de ser estranho dado que o BPF não concorre com outros bancos comerciais e dado que a origem dos fundos do Programa Consolidar é proveniente do PRR.

Nestes termos, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, vêm requerer, nos termos regimentais aplicáveis, que a Comissão Parlamentar de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação promova a audição do Ministro da Economia e do Mar e da Presidente da Comissão Executiva do BPF.

Palácio de São Bento, 3 de outubro de 2022

O Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal

Carlos Guimarães Pinto

Bernardo Blanco

Carla Castro

Joana Cordeiro

João Cotrim de Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha